

O DIA DO CEARÁ

LEONARDO MOTA

A data de 25 de março, que é a em que o mundo cristão comemora a Anunciação da Santíssima Virgem, teve um predestino feliz nos calendários do civismo brasileiro e cearense. Foi nesse dia que o Império teve a sua primeira Carta Constitucional; foi nesse mesmo dia que a Província do Ceará foi dotada de sua Biblioteca e Arquivo Público.

Em 1884, a data de amanhã marcou a vitória final do sonho redencionista, mas, já em 1881, ela assinalava o auspicioso acontecimento que foi a libertação de 35 escravos. A entrega da carta da liberdade a esses 35 desgraçados se realizou em meio a festas, nas quais cinco mil pessoas que enchiam o Passeio Público e a Praça dos Mártires cantaram febrilmente o Hino da “Libertadora Cearense”, entoando em coro:

— Para sempre se apague da face
Da formosa auriverde Bandeira
Esse negro borrão que nos mancha
E que avilta a Nação Brasileira!

Não houve quem se não comovesse ante a cena de os libertos, chorando de alegria, pretenderem beijar os pés de João Cordeiro, que a todos abraçou carinhosamente...

Certo que o 25 de março de 1884 é a nossa áurea data, por ter sido aquela na qual se consumou a total redenção dos cativos no Ceará. Mas, já em 1850 e em 1852, um representante nosso no Parlamento do Império Pedro Pereira da Silva Guimarães apresentava projetos, libertando o ventre das mães pretas e estabelecendo a alforria progressiva. Foi, destarte, um cearense quem, dezenove anos antes do imortal Visconde

do Rio Branco, teve o sonho generoso convertido em realidade pela lei de 28 de setembro de 1871.

Pedro Pereira afrontou a ira dos escravocratas, discursando impávido e imperturbável, sob a saraivada de protestos e de apodos de uma assembléa constituida, na sua maioria, de donos de senzalas. Eis por que um cronista da época acertou quando disse que as palavras do artigo primeiro da Lei de Paranhos são quase as mesmas do projeto do deputado cearense, e reivindicou para o Ceará a ufanía de haver dado ao Brasil o protomártir da causa abolicionista. Protomártir, sim, porque as idéas avançadas de Pedro Pereira sacrificaram sua carreira política e ele viu fechadas para si as portas do Parlamento.

Acredito não incidir em engano fixando em 1868 a primeira tentativa de congregamento de esforços para libertar os pretos da ignomínia do eito, do chicote dos feitores e das torturas do tronco. A "Manumissora Sobralense" fundada, naquela época, na **Princeza do Noroeste do Ceará**, tinha objetivos francamente emancipadores, e, pois que se destinava a alforriar cativos e suas filhas moças, a fim de que os filhos destas nascessem livres, realizava o ideal de Pedro Pereira e também batia caminho à promulgação da lei que redimia o ventre da mulher. Rodrigues Júnior, Tomaz Antônio de Paula Pessoa, Helvécio Monte, João Adolfo Ribeiro da Silva, José Lemos e outros foram os generosos ideadores da "Manumissora Sobralense". Entretanto (ó injustiça dos homens!) paixões políticas teriam que negar, mais tarde, os serviços do conselheiro Rodrigues Júnior à causa da Abolição. Contra fatos, porém, não prevalecem argumentos e eu lembro apenas que, em 1883, antes de 25 de março de 84, em regozijo pela reeleição do deputado Rodrigues Júnior, então Ministro da Guerra, as famílias Rodrigues e Paula Pessoa deram liberdade a todos os escravos que lhes restavam.

Abrindo aqui um parênteses, referirei que não apenas Rodrigues Júnior viu negados os seus generosos empenhos. O Barão de Studart, João Brígido e Rodolfo Teófilo também foram acusados de pretenderem se coroar com os louros

alheios. Recordo-me de que João Brígido, increpado de não haver pertencido à “*Libertadora Cearense*” respondeu com aquele seu jeitão de dizer as coisas: — “De fato, à “*Libertadora*” eu não pertenci: mas pertenci à *Libertação*”. Em tudo, o que houve foi um dissídio de opiniões. Havia os que desejavam a libertação por meios violentos, e havia os que a pleiteavam com serenidade. No primeiro grupo estavam João Cordeiro, Isac Amaral, João Carlos da Silva Jatai e Antônio Bezerra, os três últimos chamados de os três mosqueteiros; no segundo figuravam aqueles cuja fidelidade haveria de, um dia, ser posta em dúvida.)



Apresentando-me, em 1921, ao público da cidade paulista de Barretos, o nosso ilustre conterrâneo dr. Bezerra Filho passou em revista as glórias do torrão natal e assim se referiu ao feito que hoje comemoramos:

“A campanha abolicionista no Ceará é o cometimento mais notável de toda a história da libertação entre nós.

Em 1880, oito anos antes de abolida a escravidão no Brasil, organizou-se em Fortaleza a *Libertadora Cearense*. A sessão inicial da *Libertadora* teve a sinistra solenidade de uma epopéia, dentro do cenário apavorante de uma tragédia.

São homens do outro século, figuras da idade antiga, heróis de uma civilização que eles próprios transformaram.

Chamando à memória a cerimônia inicial da *Libertadora*, a gente experimenta a vibração secular de uma página revivida da história medieval, uma façanha formidável dos lendários Cavaleiros da Távola Redonda, jurando por seus brios algum compromisso tremendo de que ninguém recuará.

E, à noite, numa sala escura da Praça José de Alencar, o presidente escolhido fecha portas e janelas. Ao centro do aposento, uma larga mesa coberta de pano preto, duas lanternas nas extremidades e vinte cadeiras em derredor.

É a sala de aço! João Cordeiro, abrindo o palitó, tira da cava do colête o punhal brunido e ferozmente o crava no centro da mesa. À luz das velas ao lampejo da lâmina que oscila,

o presidente clama pelos seus companheiros, e aqueles que tiverem relações com o governo, respeitos de religião, obrigações de família mais fortes que o ideal da libertação dos cativos, esses podem retirar-se, que se vai fazer ali um juramento terrível de vida e de morte!

Onze companheiros se acovardam e saem. Nove apenas ficam acolá e juram os estatutos da liberdade cearense em um artigo único e um parágrafo só: — “Um por todos, todos por um! A liberdade dos cativos, por todos os meios!”

E a campanha ciclópica logo se trava. E os libertadores vencem os interesses escravagistas, dominam o Governo que os sustenta, ganham a causa da Liberdade.

Em 1882 já há municípios cearenses livres de cativeiro; no porto do Ceará não embarcam mais escravos, e a figura aquilina do jangadeiro cearense, impedindo no litoral o tráfico dos negros, alevanta-se na história da liberdade humana em traços desconformes e repontando, de entre todas, o vulto colossal de Francisco José do Nascimento — o DRAGÃO DO MAR — inexcelsível na coragem, no destemor, na constância heroica e indomável, ao lado do direito de seus irmãos cativos.

No dia 25 de Março de 1884, o Ceará era uma terra de homens livres, asilo inviolável da liberdade e do trabalho, onde podia refugiar-se o bando miserável de todos os cativos e desgraçados do país inteiro”.



Mas não apenas aos esforços titânicos da “Libertadora” devem os contemporâneos a excelsitude deste jubileu.

Fundado aos 4 de janeiro de 1883, o “Centro Abolicionista 25 de Dezembro” que se reunia nos salões do “**Reform Club**” começou, em sua sessão inicial, por libertar 54 escravos. Três meses depois, aos 18 de abril daquele ano, o “Centro Abolicionista” fustigava os brios da população fortalezense num Manifesto em que havia periodos candentes desta fêlpa:

— “Já não bastam os núcleos de propaganda que surgem a cada ângulo, e associações que se fundam como centros de resistência à escravidão: Acarape, S. Francisco, Pacatuba, Icó e Baturité lavam de seus alcantis e de seus vales ubérrimos a

nódoa do cativo, modulam a primeira estrofe do hino da liberdade, derrocam os muros da negra Jericó, ao som das trombetas dos modernos levitas. Mas que medita, que faz a Capital diante desses assombrosos exemplos? Porventura o pejo não lhe ruboriza a face?"

Felizmente, a objurgatória não foi voz clamante no deserto. Um mês e seis dias após, isto é, aos 24 de maio de 1883, não era unicamente a vitória do Exército Brasileiro nos pântanos de Tuiuti que o município de Fortaleza relembrava: esta cidade também se incorporava com honra a quantas haviam decretado a extinção do elemento servil. Circunstância interessante. Mais de 50 anos decorridos, na sessão de amanhã do "Instituto do Ceará" é orador oficial o filho do Comendador Antônio Teodorico da Costa, o vice-presidente da Província a quem coube presidir às festas da libertação global dos cativos de Fortaleza, e o redator daquele Manifesto atrevido e desabusado foi Sua Excelência o Doutor Barão de Studart, que, àquele tempo, estava na flor de suas 27 primaveras, e hoje, curvado ao peso de 78 anos, todos eles consagrados às nossas letras históricas, é o venerando Presidente desse mesmo "Instituto".

Falei da "Libertadora Cearense" e do "Centro Abolicionista 25 de Dezembro", mas não aludi a um anterior nucleamento de energias para o ideal sagrado. Esse movimento se operou em 28 de setembro de 1879 com a fundação da sociedade "Perseverança e Porvir", a que pertenceram, entre outros, José do Amaral, Antônio Cruz Saldanha e Alfredo Salgado. Era o início da pugna decisiva, que ulteriormente deveria empolgar milhares de consciências bem formadas.

Castro Alves, que falecera em 1871, teria clangorado a tuba épica num epinício ao povo que hasteava o lábaro de suas idéias libertárias de poeta social. Não foi a Bahia, o ninho de Castro Alves e de Paranhos, que desfraldou a bandeira da Redenção: foi a pequena terra alencarina, mal egressa da hecatombe de 77. Foi ela que se enterneceu ante aquele brado angustioso que Castro Alves pusera na boca do continente africano:

**Crisio, embalde morreste sobre um monte,
Teu sangue não lavou da minha fronte**

A mancha original...

**Ainda hoje são, por fado adverso,
Meus filhos — alimária do Universo,
Eu — parto universal!**

Já me referi às festas do 25 de Março de 1881. As de 25 de Março de 1884 foram mais fulgentes e retumbantes, por expressarem a vitória integral da heroicidade cearense no incruento prélio de fraternidade humana. O presidente da província, dr. Sátiro Dias, D. Luiz, arcebispo da Bahia, e D. Joaquim, bispo diocesano, presidiram, num pavilhão armado na Praça Castro Carreira, a essas manifestações de cunho lididamente popular e em que milhares de almas estuaram de vero regozijo, glorificando os heróis da peleja homérica. Foi por essa ocasião que Sátiro Dias produziu longo e memorável d'scurso de que me permito respigar estes salteados periclos:

— “Três vezes bravos à vossa glória, cidadãos cearenses!

Representante de um governo que respeitou sempre a vossa glória, eu vos trago uma palavra de congratulação em honra do primeiro cidadão e melhor amigo deste país — Sua Majestade o Imperador, que animou a vossa coragem, enviando uma pérola de seu diadema ao sol do Acarape!

Que hei de dizer-vos mais? Uma só palavra, mas a grande palavra da redenção.

Em homenagem à Razão e ao Direito, aos grandes princípios da Civilização e da Humanidade, para honra do reinado do Senhor D. Pedro II e para glória imortal do povo cearense, em nome e pela vontade desse mesmo povo, proclamo ao país e ao mundo: — A PROVÍNCIA DO CEARÁ NÃO POSSUI MAIS ESCRAVOS!”

José Lino da Justa, em conferência que realizou há oito anos, lembrou um episódio sugestivo verificado por ocasião da *marche aux flambeaux* havida há meio século no dia de

hoje: — “Quando a massa popular curvou na embocadura da Rua da Misericórdia, um deslumbrante foco elétrico, postado no alto do chalé do escritório da “Estrada de Ferro de Baturité”, projetou ao longo da via pública um jorro de luz de reflexos azulados. Uma exclamação fremiu, forte e nervosa, por entre o vozear estrepitoso do povo, onde os vivas aclamavam a grandeza do Ceará, porventura naquela hora maior que o resto do Brasil. Então, o préstito estacou, e de sua frente surgiu a figura varonil de Almino Afonso, fronte húmida de suor, barba de gaulês luzida ao reflexo incisivo do jacto rutilante e, apontando para o foco de luz, num arrebatamento trágico de general da lenda bíblica, exclamou: — **Bravos! a noite fez-se dia e o sol nasceu no poente!** O povo não se conteve e carregou em triunfo o maior orador da Abolição, como se fosse um guerreiro antigo descendo das fronteiras da Gália para subir o Capitólio de Roma!”

Eramos assim vibráteis e cheios de saúde mental quando escrevíamos a página imperecível de que sempiternamente nos haveremos de envaidecer. Mas a geração hodierna, não quedando indiferente à comemoração festiva deste cinquentenário, patenteia, por igual, a sua vitalidade, genufletindo ante a memória dos denodados cearenses que nos deram fama universal.



Sempre que se fala nos poetas cearenses do tempo da abolição, mencionam-se ordinariamente os nomes de Justiniano de Serpa, Antônio Bezerra e Antônio Martins, os valentes que se associaram para a publicação de seus carmes na parceria do livro “As três liras”. Entretanto, várias musas coestadanas se puseram ao serviço da cruzada augusta.

Antônio Olímpio, o meigo cantor de “Farfalhas” e de “Fagulhas”, tão prematuramente morto, aos 22 anos de idade, Antônio Olímpio, então um adolescente de 18 anos, clamava, em comícios no Passeio Público.

**Cidadãos, é tempo agora,
Ingente turba de bravos,
De quebrarmos as algemas
Dos nossos irmãos escravos!**

**É tempo de nós fazermos
Sublime reparação:
Devemos todos ser livres
Na terra de Camarão!
E a esses baixos negreiros,
A esses vis carniceiros
De azorrague nas mãos
Mostremos que, nestas plagas,
Onde soluçam as vagas,
Todos nós somos irmãos!**

E Barbosa de Freitas, nesse referido meeting, gritando inicialmente palavras da “Marselhêsa”, foi um Rouget de Lisle caboclo, a sacudir o ânimo de seus compatriotas em estrofes como esta:

**É o vendaval lá da França
Que já transborda por cá,
É a voz dos Girondinos
Que os ventos trazem de lá!
Brasil, acorda, desperta!
No espaço ressôa ALERTA!
Ergue a frente, Prometeu!
Ai, deixa o sono profundo!
Bravo, ó Rei do Novo Mundo,
Teu futuro apareceu!**

Bons tempos aqueles em que valorosa plêiade juvenil se immortalizou, por todo o sempre, em nossos fastos. Ao se inaugurar, em 1881, a estação telegráfica de Fortaleza, Paula Nei transmitia da Côte, este telegrama à “Libertadora”: — “O heroico movimento abolicionista da província do Ceará deve aumentar na relação direta do desenvolvimento que os progressos humanos apresentam. O Telégrafo sempre foi a guar-

da avançada da Liberdade, porque, muito antes do homem, conseguiu emancipar os povos da escravidão das distâncias. Avante!”

Bons tempos aqueles! O lustro que vai de 1880 a 1884 é o quinquênio de nosso esplendor histórico e foi nele que o Ceará conquistou a antonomásia de **Terra da Luz**.

Até quando em vilegiaturas na Europa, Joaquim Nabuco telegrafava aos libertadores cearenses; dizendo do orgulho com que aos povos europeus podia estar falando da pugna magnífica de que o Ceará se fizera pioneiro. O grande poeta português Tomaz Ribeiro nos concitava, da outra banda do Atlântico:

**Vigore-se o trabalho ao sol da Liberdade!
Pereça a escravatura, opróbrio das nações!
Morra-se de fadiga... é lei da humanidade...
Mas nunca aceite um livre açoites nem grilhões!**

**Brasil, terra de irmãos, aqui no mundo velho
Fugiu de nossas leis a condição servil!
Tu, que és do Novo Mundo o sol, o guia, o espelho
És muito grande já! Pois, sê maior, Brasil!**

Certa vez, José do Patrocínio fazia uma conferência, no Rio de Janeiro, em prol da extinção do regime escravagista. Presidia à cerimônia Ferreira de Menezes. Ia em meio a fogaosa oração do valente apóstolo negro, quando Ferreira de Menezes recebe um telegrama. Deletreia-o discretamente, mas não se contém. Interrompe o orador e pede-lhe que comunique à assistência a notícia sensacional que acabava de receber. Patrocínio lê: os libertadores cearenses comunicavam aos seus correligionários sulinos a instalação do Congresso Abolicionista de Maranguape. O auditório delirou, pôs-se de pé, estrugiram palmas frenéticas e “**Viva o Ceará!**”, “**Viva o Ceará!**” foi o brado que partiu de todas as bocas.

O Congresso Abolicionista de Maranguape realizou-se a 26 de maio de 1881, e nele José Marrocos produziu um de seus inspirados discursos.

José do Patrocínio, o **Cristo da raça negra**, como lhe chamou Bilac, Patrocínio, **negro feito da essência da brancura** e que sóis porejava pela pele escura, qual dele disse Emilio de Menezes, Patrocínio, o gigante invencível que **nasceu com a cor com que devia ser fundido o bronze de sua estátua**, segundo o conceituar de Coelho Neto, Patrocínio foi sempre um entusiasta da bravura dos libertadores cearenses.

Joaquim Nabuco, ao saber, em Londres, que nos preparávamos para a 25 de março de 84 nos livrarmos da “deshonra e do opróbrio da escravidão”, escrevia belamente: — “Não há, no nosso passado, desde a Independência, uma data nacional igual à que a Província do Ceará vai criar. A imensa luz acesa no Norte há de destruir as trevas do sul. Não há quem possa impedir a marcha dessa claridade. Os brasileiros hão de reconhecer no cearense o precursor da transformação nacional!”

E André Rebouças clamava da tribuna no Rio de Janeiro: — “Deus te salve, ó Ceará, esplendido farol dos argonautas de novas liberdades! Quanta glória, ó terra predestinada: ser primeira entre as vinte irmãs a Fênix imortal da sêca vítima augusta da incapacidade governamental da cobardia da política e da atroz ganância dos traficantes! Como és belo ó Ceará! Como é cândida e hialina a citére, espuma das tuas ondas brilham, quais diamantes, as areias de tuas dunas. Balançam-se, eloquente e majestosamente, tuas utilíssimas carnaubeiras. Mas, acima de tudo, ó Ceará, refulge esplendorosamente o novo símbolo da Redenção — a vela triangular e branca de tua jangada libertadora!”

Nada menos de trinta e dois mil negros o Ceará transformou em brasileiros livres, mercê da combatividade de um pugilo de consciências impertérritas, o que fez com que o nosso Capistrano de Abreu escrevesse, reportando-se aos socorros com que a Nação nos acudiu na seca de 77 e ao exemplo que davamos à Nação, em 84. — “O Brasil, há sete anos, deu ao Ceará o pão do corpo... Acrisolado pelo martírio, é agora o Ceará que dá ao Brasil o pão do espírito!”

O **pão do espírito**, sim, porque propiciava que o governo da Itália dissesse ao do Brasil, quatro anos após, ao ser decre-

tada a lei de 13 de Maio: — “Esta lei humanitária e liberal fez mais pela grandeza do Império Brasileiro do que a mais gloriosa guerra!”



Os anais parlamentares brasileiros estão refertos de episódios que ainda hoje enaltecem os nomes dos nossos grandes tribunos liberais.

Quando, por exemplo, se discutia o **Projeto Saraiva**, que cominava pesada multa pecuniária a todo aquele que acoitasse escravos foragidos, Rui Barbosa apostrofava, indignado, contra os **ladroões de carne humana**: — “Eu quisera saber si há neste auditório um covarde bastante vil para obedecer a tal lei! De mim vos digo: eu aborreceria meus filhos, e rejeitaria da minha alma a cara companheira de minha vida, si eles e ela não fossem os primeiros a estender sobre a cabeça do perseguido as asas tutelares dessa simpatia onipotente de que têm o segredo as mulheres e os anjos. E si a lei, essa lei nefanda, batesse à minha porta para arrancar-me o foragido e restituí-lo aos seus torturadores, eu diria ao escravo: — **RESISTE!** — e os cães da lei perversa não penetrariam no meu domicílio sinão como os salteadores — pelo arrombamento e pelo sangue!”

E Joaquim Nabuco? Cito, de memória o que li, em criança, e pois, não respondo pela absoluta autenticidade das palavras do famoso orador pernambucano. Redarguindo ao argumento de que a abolição do cativo teria como consequência a desorganização dos partidos políticos, Joaquim Nabuco exclamava num de seus mais felizes repentes tribunícios: — “Não, sr. Presidente, não é esta a ocasião de se ouvir a voz dos partidos. Nós nos achamos à beira da catadupa dos destinos nacionais e, diante dela, é tão impossível ouvir a voz dos partidos, como impossível seria ouvir o zumbir dos insetos que, atordoados, atravessam as quedas da cachoeira de Paulo Afonso!”

Depois, ao ser votada a lei de 13 de Maio de 1888, houve formidável estrépito de aplausos nas galerias do congresso legisferante. O presidente faz soarem os tímpanos e ameaça de

mandar evacuar as galerias, que não têm o direito de se manifestar. É quando Joaquim Nabuco, numa daquelas suas elegantíssimas atitudes oratórias, gesticulando com sobriedade, a mão direita no bolso da calça e arrepanhando a aba do fraque irrepreensível, exórea de seus pares: — “Sr. Presidente, eu peço a V. Excia. e peço à Câmara que tenham tolerância para com esta manifestação que o povo brasileiro acaba de fazer no recinto da casa de seus representantes. Estamos vivendo hoje o nosso maior dia faustoso. É como si o território pátrio se encontrasse invadido, e repentinamente o estrangeiro o abandonasse, deixando-nos sosinhos e senhores da vida nacional!”

Joaquim Nabuco dizia que à beira da catadupa dos destinos nacionais era impossível ouvir a voz dos partidos, como impossível seria ouvir zumbido de insetos desnorteados através de cachoeiras que se despenham. Rui Barbosa teve uma imagem semelhante: foi quando afirmou que seria mais fácil dominar com uma represa de vime as torrentes de uma catarata do que limitar com transações e conchavos o curso vitorioso da reforma servil.



Só agora me percebo, lidos estes linguados desconexos, que omiti os nomes de dois mortos que merecem recordados nas comemorações jubilares de 25 de Março: Frederico Borges, que se deixou exonerar da Promotoria de Justiça desta Capital, para não desertar da falange libertadora e ir engrossar a súcia liberticida; Júlio Cesar da Fonseca Filho, que “abolicionista e republicano, foi dos primeiros que alvoroçaram a opinião ao clarim da Liberdade.”

Mas não nos ajoelhemos somente ante a memória dos mortos. Cortejemos, reverenciemos, igualmente a velhice feliz dos que ainda hoje têm a fortuna de ver que as gerações contemporâneas não quedam indiferentes em face da bravura moral que revelaram quando moços. São eles o Padre Doutor João Augusto da Frota, na sua tebaida poética da florida Guaramiranga; o Barão de Studart, Alfredo Salgado, Isac Amaral e essa veneranda figura da preceptora — D. Elvira Pinho — que, em 25 de março de 84, se ufanava de haver pres-

tado à Abolição vitoriosa o conforto da solidariedade da mulher cearense.



Conclamos. E, pois que no dia do Ceará cabem à maravilha as orações de amor a nossa terra, recitemos, amanhã, numa unção de preces, os versos de Júlio Maciel:

Ó terra martir, onde eterna luz fulgura,
E aos ribeiros devóra, ardendo que nem lava,
Hedionda em tempos maus, hedionda, a escravatura,
Ó terra martir, glória e esplendor te empanava!

Em ti, gleba que o sol fertiliza e tortura,
Das praias ao sertão o “senhor” dominava;
E esse domínio sobre o homem de pele escura
Inda era mais feroz que o domínio da clava.

Mas, um dia, mudou-se ao negro a torva sorte,
Sorriu-se a Liberdade ao negro humilde, ignavo.
Foi quando Nascimento, o filho audaz do Norte,

Dragão do Mar, chamado o jangadeiro bravo,
Bradou junto à jangada, alçando o braço forte:
— NÃO! NESTE PORTO NÃO SE EMBARCA MAIS
(ESCRAVOS!)”

(Do “O Povo” de 24-03-34)